

Formas de aproximação, geopolítica e a lógica capitalista na aventura dos brasileiros no Paraguai¹

Paulo M. Esselin
Tito Carlos Machado de Oliveira*

Resumo

Este texto tem o objetivo de interrogar sobre a participação de brasileiros em território paraguaio, identificando as causas da transferência de pequenos agricultores seguidos de grandes agropecuaristas entre os anos 1970 e 1980, do sul de Mato Grosso e do Paraná para o Paraguai. A participação dos brasileiros em território paraguaio modifica a paisagem territorial desalojando *pequeños campesinos*, ao mesmo tempo em que constrói “pontes” de integração e de subsunção (real e formal) do Paraguai ao Brasil. Esse processo migratório está diretamente ligado aos intentos geopolíticos e estratégicos do governo brasileiro com o intuito de afastar o Paraguai das hostes da Argentina; por outro lado, também reduzir as possibilidades de conflitos internos em áreas de expansão da moderna agricultura. É importante relatar que

este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre a construção das fronteiras do Brasil com o Paraguai e com a Bolívia, que, neste caso, trata-se ainda de um texto em construção.

Palavras-chave: Migração. Brasiguaios. Brasileiros no Paraguai. Fronteira.

* Historiador. Pós-Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Atuação em História da América, com ênfase em História Latino-Americana. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisador do Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (Caded/UFMS).

** Geógrafo. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atuação em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Econômica. Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisador e coordenador do Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (Caded/UFMS).

¹ Parte do projeto de pesquisa “Circuitos legais, ilegais e violência na fronteira”, realizada pelo Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CADEF/UFMS).

Recebido em 30/9/2010 - Aprovado em 1º/12/2010
Publicado em agosto de 2011

Introdução

Até meados da década de 1950, era muito difícil encontrar um cidadão paraguaio ou boliviano radicado em terras brasileiras à frente de qualquer empreendimento. As trocas eram comuns através do intenso contrabando, mas cada qual permanecia em seu país de origem.

Havia algumas exceções, óbvio. As crises econômicas no Paraguai e Bolívia e os constantes golpes de estado fizeram com que muitos daqueles vencidos pelo situationismo começassem a cruzar a fronteira tanto para a Argentina como para o Brasil na busca de asilo político e de trabalho.

Aqueles que optaram pelo estado de Mato Grosso não encontraram muitas dificuldades em se estabelecer. Exímios vaqueiros, paraguaios obtinham com facilidade abrigo nas fazendas de gado da região do velho Mato Grosso em especial; ou habilidosos artesãos, não encontravam dificuldades em construir galpões, cercas, bretes, currais, casas etc. no lado brasileiro.

Todavia, essa situação se modificou radicalmente. O propósito de aproximação com a nação vizinha é construído sob a égide de um esforço geopolítico de desgarrar o Paraguai das hostes argentinas na segunda metade do século vinte. Essa aproximação é facilitada pelas ditaduras militares de ambos os lados. Esse propósito, que passou por construção de estradas, pontes e hidrelétrica, foi consolidado com o avanço de brasileiros sobre terras paraguaias.

A intenção deste texto é buscar compreender a lógica de aproximação entre o Brasil e o Paraguai através das conexões

geopolíticas e indagar sobre seus desdobramentos atuais.

As ações geopolíticas e a construção da ponte de aproximação do Brasil com o Paraguai

As relações entre Brasil e Paraguai haviam se deteriorado com o conflito da Guerra da Tríplice Aliança, provocando um longo distanciamento diplomático entre as nações; por outro lado, no período que se segue após a guerra, houve um estreitamento das relações entre Paraguai e Argentina.

A história entre Brasil e a Argentina era de forte obsessão das duas nações pela guerra e pela disputa pela hegemonia do continente Sul-Americano, o que constituiu fator relevante para a reaproximação do Brasil com o Paraguai, sobretudo depois da década de 1940.²

É muito emblemática a afirmação desferida pelo presidente argentino Juan Domingo Perón no final década de 1940 a respeito da posição do Paraguai no tabuleiro geoestratégico do continente Sul-Americano:

Em Sudamérica existen solo dos naciones lo suficientemente grandes y fuertes para hacerse cargo a la hegemonía: Argentina e Brasil. Es nuestra mision hacer que la hegemonía de la Argentina sea, no sólo posible, sino indispensable [...]. Las alianzas serán nuestro próximo paso. *Paraguay ya está con nosotros.* Conseguiremos a Bolivia y Chile. Juntos y unidos con estos países, nos será fácil

ejercer presión sobre el Uruguay. Estas cinco naciones pueden atraer fácilmente al Brasil, debido a su tipo de gobierno y a sus importantes grupos de alemanes. Una vez que Brasil haya caído, el continente sudamericano será nuestro” (LIBORIO, 1983, p. 43 - grifo nosso).

Pouco tempo depois, o mesmo Perón, em correspondência a um destacado político uruguaio, afirmava:

Hoy quiero mostrarle los progresos de nuestro ideal de unificación, leo en La Nación una correspondencia de Mauricio Hoghschild (sic). Dice el articulista: Hay que realizar el sueño de Bolivar. Debemos formar los Estados Unidos de Sud América.

Sólo como tales tendremos voto poderoso en los asuntos del mundo y además daremos un ejemplo al resto del mundo, sobre todo a Europa, para que ese continente, que hoy parece un conglomerado de estados volcánicos, siga el ejemplo. Así resultaría que en lo futuro habría sólo seis grandes unidades: Los Estados Unidos del Norte y los Estados Unidos del Sur, el Imperio Británico, Europa, Rúsia y China; los representantes de esas seis potencias se sentarían alrededor de una mesa y crearían un gobierno mundial que se hecho Imperativo ante el peligro de la guerra atómica.

Amigo, bien claro está, ese es nuestro sueño y el del herrerismo, y en ese común ideal estamos unidos; se propaga y, a las razones militares, se le agrega hoy en su apoyo motivos económicos muy acertados, por cierto, pero con todo la unificación sólo podrá realizarse por la fuerza. Es utopia creer posible aunar sin su ayuda a los miles de intereses egoístas y a los mal entendidos universalismos que parecen vivir la época de la carreta. Por la fuerza puesta al servicio de una diplomacia hábil, impodremos la unidad. Por eso nos armamos, por eso buscamos el

control de la economía privada. Nuestro proyecto hubo de ser realizado por el fascismo (sic) y el nazismo. De triunfar, Europa no estaría hambrienta e imposibilitada de rehacer su economía. Evitaremos sus errores. No perseguiremos a ninguna religión. No tendremos rigores crueles, comprensibles allá por el calor de la lucha. Buena es la fuerza para liquidar a la oposición, pero malo es abusar de ella. Nuestra conquista será generosa pero la dirección debe ser argentino – uruguayana por los derechos inalienables que nos da nuestra raza libre de mestizajes degradantes (LIBÓRIO, 1983, p. 43-44).

É oportuno lembrar que no ano de 1937 o PIB *per capita* argentino era superior aos da Áustria e da Finlândia, o dobro do italiano e o triplo do japonês. Nos dois casos o Brasil não era sequer listado. No plano militar, em 1920, a Argentina mobilizaria imediatamente 379 mil homens, e o Brasil, 136 mil. Isso valeria para toda a década de 1930 (MAIA, 2009, p. A2).

O Tratado da Tríplice Aliança estabelecera que, finda a guerra, o Paraguai, por ter sido o país agressor, arcaria com todas as perdas, danos e gastos sofridos pelos aliados durante o conflito. Essa dívida, mesmo reduzida ainda no período do Império, era um lastro demasiado pesado para a economia paraguaia. Resultado: a dívida não foi paga e Getúlio Vargas promoveu o perdão dessa dívida construindo o primeiro passo seguro no sentido de aproximação com o país vizinho.³

A República, ao tomar essa decisão num momento difícil para o país, que já sofria séria crise econômica com a redução dos seus produtos de exportação, com a consequente queda de suas receitas em

razão da Segunda Guerra Mundial e fatores internos, manifestava com esse gesto a preocupação com a crescente influência da Argentina sobre o Paraguai.

Em correspondência de 24 de fevereiro de 1954, essas preocupações do governo brasileiro ficaram mais claras: o ministro das Relações Exteriores do Brasil recomendava ao embaixador brasileiro em Assunção:

Especial atenção da parte de Vossa Excelência deverá merecer o desenvolvimento das relações desse país (Paraguai) com a República da Argentina. País pequeno, de recursos econômicos limitados e dispondo de uma única via de acesso comercial ao mundo exterior – o rio Paraguai, cuja navegação é praticamente controlada pela Argentina – vive o Paraguai numa situação de dependência material em relação à República Argentina. É de recear, pois, que o Convênio de União Econômica, há pouco firmado entre os dois países para integração de suas respectivas economias, venha a criar uma situação tal que, por força mesmo de sua inferioridade econômica, esse país se veria eventualmente obrigado a aceitar, como fato consumado, a ascendência política do vizinho.

Vossa Excelência deverá estar vigilante, mantendo-se atento no desenrolar das negociações entre esse Governo e o da Argentina, não só no que se refere a execução do Convênio União Econômica, mas, sobretudo no que diz respeito aos prejuízos que seu funcionamento possa eventualmente ocasionar aos interesses brasileiros nesse país (Despacho 4/921.1 (43), p. 12, de fevereiro de 1954. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília. In: MORAES, 2000, p. 90).

Por outro lado, o Brasil vivia um momento de extrema importância no seu processo de industrialização que havia sido desencadeado na década de 1930 com o presidente Getúlio Vargas. Nesse contexto, o Paraguai e a Bolívia, repúblicas vizinhas, passaram a ser vistos como mercado potencial para os produtos brasileiros.

Na década de 1940, o prolongamento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil atingiu Corumbá (fronteira com a Bolívia) e Ponta Porã (fronteira com o Paraguai). Essa estrada criava uma ponte entre potenciais consumidores, mas também se aproximava das riquezas dos dois países: de Corumbá partia a estrada de ferro Brasil-Bolívia (construída pelo governo brasileiro) em direção a Santa Cruz de la Sierra e à região petrolífera boliviana; e Ponta Porã estava situada próxima às áreas ricas em erva-mate e madeira de lei do Paraguai.

O próprio chanceler brasileiro José Carlos de Macedo Soares, numa reunião com representantes da indústria paulista, deixava muito claro quais eram as intenções do Brasil para com os países vizinhos Paraguai e Bolívia, ao afirmar:

É da própria intenção do nosso país contribuir para o levantamento e a independência econômica do Paraguai propiciando – lhe condições favoráveis de desenvolvimento, incentivando a aplicação de capitais e indústria de transformação em seu território, a fim de que ele possa, em futuro talvez próximo, constituir autêntico mercado para nossos produtos (*O Estado de São Paulo*, 11 nov. 1956, p. 20).

Com essa preocupação de estreitar as relações comerciais com o Paraguai e com a Bolívia, o governo brasileiro procurou oferecer alternativas aos governantes vizinhos, sobretudo ao país guarani, no sentido de buscar soluções ao seu crônico problema de escoamento da sua produção.⁴

Já no primeiro semestre de 1954 tiveram início as negociações para a construção da rodovia Coronel Oviedo–Porto Presidente Franco, na região do Alto Paraná (divisa com a cidade brasileira de Foz do Iguaçu). O acordo entre os dois países foi concluído em 20 de janeiro de 1956, ficando nele estabelecido que a rodovia seria financiada com recursos brasileiros. Essa estrada, fazendo a conexão com a estrada Coronel Oviedo–Assunção, possibilitava a ligação da capital paraguaia ao Brasil.

Esse projeto se completava com a construção da ponte sobre o rio Paraná, inaugurada em 27 de janeiro de 1961 e denominada no Brasil de “Ponte da Amizade”. Com ela, pela primeira vez em sua história, o Paraguai obtinha a ligação com o oceano Atlântico, aspiração que buscava desde o século XVI.⁵ A partir de então, através do porto de Paranaguá, a república vizinha poderia estabelecer relações comerciais tanto com o Brasil como com o mundo. Ainda foi assinado um novo acordo, que permitia ao Paraguai estabelecer um entreposto de depósito franco em Paranaguá, no litoral paranaense, facilitando a importação e exportação e também o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em Concepción para as mercadorias importadas e exportadas pelo Brasil (MORAES, 2000, p. 96).

Fortalecendo e consolidando as relações bilaterais entre Brasil e Paraguai, em 26 de abril de 1973 os chanceleres dos dois países assinaram o Tratado de Itaipu para a construção de uma hidrelétrica na região de Guairá para aproveitamento do potencial energético do rio Paraná, embora a construção da hidrelétrica pudesse ter sido erguida pouco mais acima, com que pertenceria apenas ao Brasil, visto que o Paraguai não dispunha de tecnologia, crédito e muito menos dinheiro para contribuir com o desenvolvimento do projeto.⁶ Nesse caso, a decisão tomada por parte do governo brasileiro foi política. Ao aproveitar conjuntamente e em igualdade de condições o potencial das águas do rio Paraná, o Brasil demonstrava o desejo de se aproximar definitivamente do país vizinho, promovendo, ao mesmo tempo, como efeito, o distanciando do Paraguai da Argentina. Relata Vasquez (2005 p. 140-141).

En el plano geopolítico – el gobierno de Stroessner (1954-1989) da um golpe de timón a la relaciones internacionales paraguayas. Así, a partir de la década del 70, la salida al mar, es decir el rompimiento del aislamiento geográfico, ya no se hace por la vía natural e histórica, el río de la Plata (eje Sur), sino por la rede ruterá brasileña y el nuevo puerto franco paraguayo en Paranaguá (eje Este). Antes, Paraguay dependía económicamente en exclusividad de los puertos argentinos para la entrada y salida de mercancías. La dependencia política del puerto de Buenos Aires se rompe recién con la independencia de Paraguay en 1811 que, según Rodríguez Alcalá, fue realmente una independencia de la Buenos Aires amenazante que de la lejana y débil España.

Este cambio del eje Sur por el eje Este tendrá consecuencias políticas, económicas y espaciales relevantes. En el plano político significa la integración de Paraguay a la órbita brasileña en detrimento de la argentina, lo que posibilitó que los intercambios comerciales crecieron con el Brasil, a partir de la década de los 70. En términos espaciales, es la region Oriental la que evoluciona. El eje Sur, fluvial, rutero y ferroviario hacia Buenos Aires, donde la ciudad fronteriza de Encarnación era el dispositivo de interfase con Argentina, fue paulatinamente perdiendo importancia ante el surgimiento del eje Este hacia Brasil y la ciudad de Porto Presidente Stroessner, luego Ciudad del Este.

Do lado brasileiro, a construção da Ponte da Amizade e da hidrelétrica de Itaipu consolidava a estratégia do governo brasileiro de integrar o Paraguai à esfera de sua influência em detrimento da Argentina, projeto muito bem recebido pelo governo paraguaio, que soube tirar proveito da situação conflituosa entre os dois principais países da América do Sul para se beneficiar. O presidente Stroessner

aprovechó de manera excelente los juegos de poder en la década de los 70, cuando Brasil y Argentina se disputaban el potencial energético del río Paraná, que logo se materializó en las construcciones de las represas de Itaipu y Yacyreta. Ambos tratados fueron resistidos por los geopolíticos brasileños y argentinos, quienes criticaban a sus gobiernos respectivos por los beneficios excesivos concedidos a Paraguay (VÁZQUEZ, 2005, p. 146).

Ao todo, a obra da hidrelétrica de Itaipu custou em torno de US\$ 30 bilhões, dívida que o Brasil assumiu sozinho e pagou no exterior. O Paraguai, ainda nos dias de hoje, paga sua parte do custo do

investimento, não em dinheiro, mas por meio da eletricidade excedente que ele remete de volta ao Brasil.

Configuração espacial e geopolítica - a edificação da travessia do Brasil para o Paraguai

No período que começou no final da década de 1940 e se estendeu até meados de 1980, o Brasil viveu um dos momentos mais importantes da sua história, o qual merece consideração para a compreensão deste trabalho, que foi o processo de integração territorial do país e a modernização da sua agricultura, com importantes desdobramentos tanto para o Paraguai como para a Bolívia.

A política integracionista e a chamada modernização da agricultura impactaram toda a economia brasileira e muito especialmente a paranaense e a sul-mato-grossense. Seguindo o modelo de internacionalização do mercado interno, estabeleceram-se áreas pioneiras, que precisavam ser rapidamente ocupadas, visando transformá-las em fortes exportadoras de produtos agropecuários (BATISTA, 1990, p. 19). A modernização tecnológica da agricultura no Brasil foi responsável pela rápida mecanização do campo e pela incorporação de milhões de hectares ao processo de produção, sobre uma nova lógica de exploração capitalista, pela introdução dos chamados “insumos modernos” (sementes selecionadas, adubação química dos solos, herbicidas, fungicidas, pesticidas,

pelo uso de máquinas e equipamentos modernos, como arado, grades, plantadeiras, colheitadeiras, tratores de esteira, entre muitos outros). Foram criados diversos cursos superiores de agronomia e veterinária em praticamente todo o país, como também cursos de nível médio de técnico agrícola com especialização em fitotecnia e zootecnia, para que esses profissionais, assim que lançados ao mercado, pudessem atuar junto aos produtores a fim de prepará-los para as novas tecnologias da agricultura e pecuária para difundirem os novos métodos de produção, acabar com as práticas pré-capitalistas que tinham lugar no campo brasileiro. Nos diversos estados da federação, os governadores abriam agências especializadas, os bancos criavam departamentos disponibilizando créditos, contratando engenheiros agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas para prestar assistência técnica aos produtores, capacitando-os para o manejo adequado das novas tecnologias que iam sendo introduzidas.

Todo esse movimento de modernização do campo na agricultura suscitou uma recomposição da tradicional pecuária. Os tradicionais pecuaristas passaram a incorporar novas técnicas ao processo de produção, formando pastagens artificiais, melhorando o padrão racial do rebanho, o que possibilitou o aumento da produtividade e do desfrute. Passaram a vacinar anualmente o rebanho contra as mais diversas doenças que atingiam os bovinos e equinos, sobretudo a aftosa; passaram também a vermifugá-los, dividir as pastagens com a construção de cercas, controlar a monta,

descartar animais velhos que haviam perdido a função reprodutiva, introduzir touros de melhor padrão racial, enfim, passaram a modernizar a exemplo do que havia acontecido com a agricultura.

Essas transformações, tanto na agricultura como na pecuária, elevaram rapidamente os ganhos de capital, aumentaram consideravelmente os ganhos da terra, devido aos ganhos de produtividade, ocasionando uma forte concentração fundiária e grandes desastres ambientais em todo o Brasil. Mas o país foi transformado, sua agricultura tornou-se produtiva e acelerou o processo de industrialização através do surgimento de uma agroindústria forte (OLIVEIRA, 2003).

À medida que avançava, a modernização tecnológica do campo no Brasil acelerava o processo de expropriação e expulsão de centenas de milhares de pequenos produtores rurais. No estado do Paraná esse fenômeno foi acompanhado pela construção da hidrelétrica de Itaipu

Expulsos do campo, muitos trabalhadores rurais eram absorvidos primeiramente pelas obras da Ponte da Amizade mais adiante, já nos anos de 1970, pelas obras de Itaipu. Muitos deles procuravam as cidades, o que levou ao surgimento de grandes bolsões de miséria e pobreza, emergindo desse processo as favelas em diversas cidades do Oeste paranaense.⁷ No lugar dos homens entrou a máquina. Em 1970 havia 18.619 tratores, ao passo que em 1980 eram 79.682, um aumento superior a 350% em apenas dez anos (BATISTA, 1990). Esse período marca a intensa expropriação de pequenos produ-

tores rurais, que foram obrigados a vender suas terras e se deslocar para outras fronteiras agrícolas ou se subordinar aos novos empresários que instalavam suas grandes empresas agrícolas, na condição de pequenos arrendatários ou trabalhadores braçais. Esse processo expansionista se reflete nos dados estatísticos do IBGE, registrando a redução de 76.515 pequenas propriedades no Paraná (BATISTA, 1990, p. 26). Esse modelo de modernização tecnológica liquidou com a produção agrícola familiar destinada ao consumo.

Para Mato Grosso do Sul vieram muitos paranaenses, abrindo, assim, uma nova frente pioneira. Justamente aqueles que foram expropriados de suas terras se estabeleceram em diversos pontos do estado onde iniciaram o cultivo de algumas culturas de subsistência.

A política do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), vigente no período de 1975-1979, possibilitou que, do deslocamento de 80% da população rural do norte paranaense, 44% ocupassem o Mato Grosso do Sul (BATISTA, 1990, p. 27).

A chegada de gaúchos, paranaenses, sulistas e sudestinos em geral ao sul do velho Mato Grosso deve-se também a um processo vigoroso de redução do valor da terra: a arroba do boi gordo sofreu repetidas desvalorizações entre 1961 e 1968 e a retração das exportações da erva-mate para o mercado argentino, encerrando-se definitivamente em 1968, desestimulou pecuaristas e ervateiros, que disponibilizaram terras para venda (OLIVEIRA, 2000).

No entanto, no final da década de 1960, quando a modernização do campo

no Paraná caminhava a passos largos, os olhos e as atenções do Estado brasileiro voltaram-se para o Mato Grosso do Sul; novas estratégias de ocupação começaram a ser formuladas no sentido de mudar a ocupação, quebrando com a velha tradição de promover a interiorização apenas pelo deslocamento de populações de outras regiões do Brasil para a região Centro-Oeste, como já havia ocorrido até então, inclusive no período do governo de Getúlio Vargas.

Entre 1970 e 1980, o governo federal redefiniu as políticas nacionais, e a região Centro – Oeste a exemplo do que havia ocorrido no Paraná passa a ser incorporada ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Ganham espaço a produção de grãos, com a soja avançando nas áreas de cerrados e de matas; ocorre a alteração do sistema de criação de pecuária bovina passando para a fase da engorda e exportação de gado já para frigoríficos do Sudeste, de onde saía para o interior; estabelece-se um sistema de transporte que favorece a integração econômica e regional, supre-se a região com crédito agrícola barato e um conjunto de empreendimentos agropecuários, inclusive, florestais, instala-se no Estado (LATINA..., p. 31).

O governo federal, no sentido de impulsionar o processo de transformação econômica do estado, iniciou uma série de investimentos de infraestrutura, o que contribuiu para a integração regional como também para o desenvolvimento das atividades de produção. Pavimentaram-se a BR 163 e a BR 267: a primeira ligou Campo Grande à capital Cuiabá, criando imensas condições para que houvesse a expansão da agropecuária em toda essa região; a segunda ligou o Paranapanema, em

São Paulo, a Nova Alvorada do Sul, tendo sido construído um trecho até a cidade de Dourados, ligando-a a Campo Grande pela BR 163. Incorporaram-se, assim, vastas regiões do estado à economia paulista. Criadas as condições para que a produção pudesse ser escoada, o governo federal foi, ao longo da década de 1970 e até meados de 1980, criando novos programas especiais, no sentido de modernizar as atividades econômicas do estado.

Foram criados os seguintes programas para o que é hoje Mato Grosso do Sul:

- Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados (Prodegran), cujo principal objetivo era modernizar as técnicas de cultivo da região, propiciando o aumento da produção e da produtividade da soja e do milho, principais culturas da região;
- Programa de Desenvolvimento do Pantanal (Prodepan); que tinha como objetivo principal transformar a pecuária pantaneira, cujo modo de produção e de circulação era arcaico, colocando-a em bases capitalistas; ao mesmo tempo, tentar controlar as enchentes por meio de obras de infraestrutura;
- Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), projeto considerado a principal e a mais importante ação do governo federal para Mato Grosso do Sul, incorporando ao processo produtivo em torno de um milhão de hectares de cerrados, desmatados em curto espaço de tempo, com o emprego de alta tecnologia e da disponibilização de crédito

subsidiado ao produtor (12 anos de prazo para pagamento com até seis anos de carência, com juros subsidiados), compra de matrizes, além de investimentos em infraestrutura de transporte, energia elétrica, armazenamento, apoio técnico ao produtor rural e crédito rural orientado (PLATINA..., p. 34).

Outro programa federal que gerou impactos econômicos importantes em Mato Grosso do Sul foi o programa de papel e celulose. A implantação de florestas em Mato Grosso do Sul iniciou-se na década de 1970, aproveitando-se da disponibilidade de recursos federais subsidiados, grandes extensões de terras disponíveis a preços baixos, boas condições climáticas e topográficas e a perspectiva de produção de papel e celulose.

Por último, com o Programa Nacional do Álcool (Proalcool), criado em 1975 em resposta à crise do petróleo, o governo federal buscou uma nova alternativa energética para diminuir os custos com a importação do petróleo. Já no final da década de 1970, havia uma grande quantidade de destilarias em grande parte do estado produzindo açúcar e álcool.

Esses programas tiveram efeitos monumentais sobre a economia e a sociedade sul-mato-grossense. Ao final da década de 1970, portanto em um lustro após o início dos programas especiais do governo federal, a área utilizada para lavouras temporárias aumentou de 450 mil hectares para 1,600 milhões.

A soja, cujo cultivo era inexpressivo no início da década de 1970, com produ-

ção média em torno de 14 mil toneladas e com área de 15 mil hectares, atingiu um milhão de toneladas e em área de cultivo pouco superior a seiscentos mil hectares. Em torno de 70% da soja da região Centro-Oeste eram produzidos em Mato Grosso do Sul no final da década de 1970.⁸

Com a pecuária de corte não foi diferente, pois os programas criados pelo governo federal trouxeram resultados expressivos. As pastagens artificiais, que no começo da década de 1970 atingiram a marca de 3,4 milhões de hectares e um rebanho bovino de 6,5 milhões de cabeças, em fins da década triplicaram a sua área, passando a nove milhões de hectares, e o rebanho atingiu uma marca recorde de mais de 11 milhões de cabeças.

Fator importante para o sucesso do desenvolvimento da agricultura e da pecuária em Mato Grosso do Sul foi a inauguração de três agências da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa): uma na cidade de Campo Grande, outra em Corumbá e uma em Dourados. Essa empresa teve papel fundamental no desenvolvimento da pesquisa científica voltada para a agricultura e a pecuária em todo o estado, com o desenvolvimento de sementes de soja, milho, trigo, sorgo que melhor se adaptassem às condições locais de clima e solo, o que permitiu aumento substancial da produtividade. O mesmo aconteceu com a pecuária, com a adaptação da semente do capim brachiaria às condições de clima e solo locais, o que elevou a capacidade de suporte das pastagens.

O desenvolvimento tecnológico da agricultura e da pecuária atingiu um ní-

vel tal que o número de tratores teve um crescimento superior a 600%: no começo de 1970 eram 3.786 unidades em 1980, 23.162. Em determinadas culturas, como a da soja, que tem alto grau de mecanização, em média, era utilizado apenas um empregado a cada 200 ha, ou seja, o emprego de alta tecnologia no cultivo da soja permitiu alta produtividade da mão de obra na produção. Muito rapidamente Mato Grosso do Sul foi incorporado ao processo de modernização tecnológica e à economia de exportação.

Como no vizinho estado do Paraná, à medida que avançava a modernização tecnológica do campo, ia sendo gerada uma onda de desempregados nas fazendas de monocultura, acelerando-se o processo de concentração da terra nas mãos de uns poucos potentados, promovendo-se um processo de urbanização precoce, um verdadeiro êxodo rural. Além disso, não havia uma leitura correta por parte do Estado das transformações que vinham ocorrendo; faltava uma política correta de inclusão social dos governos federal e estaduais, que poderia ter contribuído para dobrar o mercado consumidor brasileiro, impulsionar o mercado interno e ter permitido que o país, na época, pudesse ter cruzado a linha do subdesenvolvimento, como vem ocorrendo nos dias de hoje.

O que se viu foi o crescimento desordenado de cidades, o surgimento de favelas, a falta de políticas sociais adequadas, sobretudo em Campo Grande e Dourados, com forte crescimento da violência urbana e dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem-terra.

Os dados do Censo Agrícola de 1980 mostram que os estabelecimentos agropecuários com área total ou superior a 500 ha, compostos basicamente pelos latifúndios, continuaram ampliando a sua superfície de domínio. Esta, em 1975, era de 175 milhões de hectares e, em 1980, alcançou 209 milhões, mais de 34 milhões de hectares conquistados em apenas cinco anos. Nas regiões da “fronteira agrícola”, no Norte e Centro-Oeste, registra-se um fortíssimo movimento de concentração: nelas, respectivamente, 53,37% e 71,93 das terras estão nas mãos de proprietários com 1.000 ou mais hectares; em ambas, entre 1975 e 1980, dos cerca de vinte milhões de hectares incorporados, perto de 17 milhões foram engrossar a grande propriedade (VOZ DA UNIDADE, 1983, p. 14).

A modernização tecnológica da agricultura, a concentração da propriedade e a expulsão dos camponeses do campo levaram o governo a intervir no sentido de aproveitar esse excedente de trabalhadores do Paraná e Mato Grosso do Sul e transferi-los para regiões do Brasil que ainda estavam subocupadas, de forma tal que pudesse reestruturar a fronteira agrícola, encaminhando-os para o Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Acre etc. No entanto, antes de o governo utilizar essa estratégia de ocupar os espaços vazios internos, os trabalhadores rurais tomaram a iniciativa e foram se deslocando para o território do vizinho Paraguai; primeiro, os paranaenses e, em seguida, os sulmato-grossenses, ocupando, a princípio, áreas do lado direito do rio Paraná; era uma alternativa que restava para o colono

tradicional, atraído pela proximidade geográfica. Além disso, as terras eram férteis, a infraestrutura rodoviária, pelo menos no seu eixo principal, estava pronta, como também a Ponte da Amizade, a grande facilitadora do comércio regular e do livre fluxo de bens e capitais. Portanto, entrar em território paraguaio naquele momento era mais fácil do que se estabelecer em regiões longínquas, onde não se podia sequer escoar a produção em razão da falta de infraestrutura. Aos poucos, milhares de trabalhadores rurais sem-terra foram se estabelecendo no país vizinho e, à medida que ia se intensificando a modernização tecnológica da agricultura, esse número ia aumentando. Outro fator importante foi a desapropriação de áreas destinadas à formação do reservatório de Itaipu no início da década de 1980. As terras desapropriadas eram ocupadas por pequenos proprietários rurais, que por elas receberam uma pequena indenização e engrossaram a fila daqueles que se internaram no Paraguai. Por outro lado, as autoridades paraguayas não se mostraram contrárias à ocupação pelos colonos brasileiros da região fronteira do Alto Paraguai.

Os interesses geopolíticos dos dois governos autoritários (Brasil e Paraguai) eram de promover um processo de modernização agrícola do Centro-Oeste brasileiro, como também no Departamento do Alto Paraná até Kanedeuo, promovendo a rápida ocupação desses territórios.

A propósito, afirmava o coronel Golbery do Couto e Silva com relação ao Brasil e, sobretudo, ao Centro-Oeste que se deveria:

1º) Articular firmemente a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despojada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2º) impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; 3º) inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiros, partindo de uma base avançada no Centro-Oeste. [...] não poderia deixar de objetivar a salvaguarda da inviolabilidade territorial, ante ameaças externas de quaisquer origens que sejam, por pouco prováveis mesmo que se nos afigurem. Nesse sentido merecia especial atenção a integração do “Centro Oeste”, área [...] de importância estratégica no coração do continente e capaz de permitir reação eficaz de qualquer aventura expansionista, ostensiva ou marcada, que venha a surgir por essas bandas (COUTO E SILVA, 1967, p. 226).

Couto e Silva deu demonstrações de que a ocupação do Centro-Oeste se enquadrava na estratégia da geopolítica que visava, de um lado, à segurança e, de outro, à integração do território.⁹

Segundo os ideólogos do regime, não poderia haver segurança nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico, pois a segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território. Um país subdesenvolvido, disse Golbery do Couto e Silva, é particularmente vulnerável à estratégia do inimigo comunista, por isso, a contra ofensiva deveria consistir em promover uma rápida arrancada do desenvolvimento econômico para obter o apoio da população. Preocupava o regi-

me, sobretudo, a vulnerabilidade dos amplos espaços vazios, as vias de penetração que deviam ser eficazmente tamponadas. Explicita-se, assim, a estratégia de um dos aspectos da política econômica de desenvolvimento após o golpe de 1964, isto é, a ocupação territorial das partes desintegradas, de modo a ampliar o modo de produção capitalista prevenindo-se ao mesmo tempo, contra a ameaça comunista (BITTAR, 1997, p. 224).

Para alcançar tal objetivo, tratou o regime de formular estratégias no sentido de desenvolver políticas públicas que promoveram o rápido processo de modernização econômica de Mato Grosso do Sul. Por meio da criação dos chamados “programas especiais”, como Polocentro, Prodegran, Prodepan, Proalcool, o Estado intervinha no sentido de criar uma forte classe média rural para respaldar o regime, como também foi cumprindo pontualmente uma política de povoar a fronteira com o Paraguai e Bolívia.

Esse projeto de povoar a fronteira esteve a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e iniciou-se com a fundação de vilas, como a de Sete Quedas, posteriormente Mundo Novo, que se converteram de pequenos povoados em florescentes cidades. Esses assentamentos se deram a cada 40 km para manter a fronteira povoada.

Por outro lado, os ideólogos do regime acompanhavam com vivo interesse a situação da guerrilha no interior do Paraguai na década de 1960, que foi acompanhada de perto pelos militares brasileiros, os quais temiam pelo desenvolvimento dessas ações em território nacional. Os oficiais apoiaram integralmente o governo do

país vizinho com expressiva ajuda militar. Prestavam informações sobre a movimentação de grupos guerrilheiros na fronteira e capturavam e entregavam exilados políticos à sanha da repressão paraguaia. Além disso, o governo brasileiro fazia generosas doações de material bélico – três aviões novos com armamento completo, cinquenta bazucas e trezentas granadas – para que a guerrilha fosse eficientemente combatida (MORAES, 2000, p. 94). Por outro lado, a vizinha Argentina – antes de se instalar sua ditadura – generosamente oferecia asilo político a todos os paraguaios que combatiam a ditadura de Stroessner.

Essa ajuda brasileira, ao contrário da Argentina, era muito bem recebida pelo presidente Stroessner, pois com ela combatia os seus inimigos internos, fortalecia-se no poder; por outro lado, criava condições para que o colono brasileiro entrasse no Paraguai e ocupasse um território que seguramente diminuiria os espaços do movimento guerrilheiro. Além disso, os colonos brasileiros praticavam uma agricultura comercial, estavam familiarizados com as transformações tecnológicas que vinham acontecendo. Por sua vez, o paraguaio não, pois suas práticas remontavam a uma agricultura de subsistência, tipicamente indígena, totalmente atrasada; os produtores utilizavam um sistema de cultivo rudimentar, sem mecanização, e técnicas há muito ultrapassadas. Até das hortaliças consumidas em Assunção, parte era produzida, e ainda o é, no Brasil, na Argentina e Chile. Conforme revelam Masi e Falabella (2005, p. 323), “[...] el problema con la producción hortícola, es que el mercado nacio-

nal es muy limitado, los insumos cada día se encarecen y sobre todo ingresan muchos productos de contrabando desde el Brasil, frente a los cuales es imposible competir”.

Rapidamente os colonos brasileiros foram invadindo o território paraguaio, configurando-o aos moldes brasileiros, e nada foi feito para detê-los. Ao contrário, em suas marchas de ocupação, receberam condições para avançar sobre a primitiva agricultura praticada pelo indígena e por campesinos tradicionais.

Assim, consolidava-se a visão de Golbery do Couto e Silva, por meio da qual era o destino do Brasil como uma potência ocidental com estreitas ligações com Washington e com graus de manobra para consolidar sua hegemonia regional sul-americana e garantir aos EUA um *status* não desestabilizador (MAIA, 2009, p. A2).

A travessia consolidada e a “limpeza” do território

Os brasileiros encontraram no Paraguai as melhores condições para se instalar e produzir; as terras eram virgens, ao contrário das dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, onde o uso intensivo das terras já elevava o seu preço e os custos de produção. As florestas eram fartas, nelas se sobressaindo a peroba e outras madeiras de lei, que já tinha seus estoques drasticamente diminuídos no Brasil. A renda da terra se reproduzia de forma mais significativa porque a produtividade era muito maior, considerando as boas qualidades do solo.

A princípio, o movimento migratório foi de curta distância. Os paranaenses e sul-mato-grossenses foram atraídos pela proximidade geográfica e pelas terras baratas; logo, foram sendo ocupadas as colônias de Santa Rosa, Naranjal, Katuete, General Diaz, Gleba 4, Cedralez, Corpus Criste e La Paloma (BATISTA, 1990, p. 22).

Os camponeses brasileiros que entraram no Paraguai o fizeram na condição de posseiros, pretendendo cultivar a terra dentro dos padrões que lhes eram familiares; desconsiderando a regularização das posses, conseguiram títulos provisórios de posse com os comissários e juizes das colônias, sem o registro definitivo no único Cartório de Imóveis que existe no Paraguai, na cidade de Assunção, ou seja, os documentos dos camponeses não tinham nenhum valor legal. Outros arrendavam terras do Instituto do Bem Estar Rural (IBR), órgão responsável no Paraguai pela colonização e distribuição de terras, pagando uma taxa anual pelo uso da terra. Muitos outros arrendaram terras de colonos paraguaios ou mesmo de brasileiros que já possuíam maiores extensões. Outro grupo era formado por pessoas pobres que se inseriram nesse processo apenas como agregados ou trabalhadores agrícolas. Segundo o PNUD, “só 1 em cada 5 camponeses tem título de propriedade” (MASI; FALABELLA, 2005, p. 320).

O camponês, muito *a priori*, tem a perspectiva de ter a terra como instrumento de trabalho e de produção, enquanto o capitalista tem a necessidade de transformá-la em propriedade privada e de espe-

culação. Em tal ótica, consolida-se essa postura na perspectiva da, *grosso modo*, “eternidade da posse”. Essa relação finda quando da valorização da terra. O processo de expropriação é inevitável. Os grandes capitalistas, ao contrário, não encontram dificuldades em legalizá-la como propriedade privada.

À medida que se acelerava o processo de modernização tecnológica no Brasil e se ampliavam os incentivos federais ao cultivo da soja, possibilitava-se uma maior concentração da propriedade da terra. Como efeito, mais trabalhadores assalariados, meeiros e rendeiros perdiam a possibilidade de trabalho. Com mais camponeses expropriados de suas terras (ou pressionados a vendê-las), ampliava-se a corrente migratória em direção ao Paraguai.¹⁰

Ocupando as terras, o primeiro passo a ser cumprido pelos recém-chegados era o de se livrar dos “inconvenientes indígenas”. Os expropriados brasileiros consolidavam mecanismos diversos de expropriação dos indígenas paraguaios, obrigando-os a procurar regiões mais distantes.

A princípio, tratavam os pioneiros de preparar a terra para o seu cultivo.

La incorporación de tierras forestales a la gricultura se realizó en la mayoría de los casos, por medio de un “rozado” inicial tumbado de árboles con motosierras [ou machados] que permitia la siembra manual de cultivos entre tocones y troncos caídos posterior a su primera quema, los cuales eran trabajosamente eliminados manualmente en pocos años por medio de extracciones elaboración de lenã y carbón o diretamente quemadas. A los 3 a 5 años de efectuado el rozado los tocones restantes eran eliminados finalmente por

medio de maquinaria pesada quedando finalmente la parcela lista para el cultivo mecanizado. La soja era producida desde el primer o segundo ciclo luego de efectuado el rozado, con sembras realizadas con sembradores manuales carpidas con azadas y cosechadas y emparvadas manualmente realizandose la trilha con triladoras estaticas (PEDRETTI, 2006, p. 68).

Essas frentes pioneiras de brasileiros em território paraguaio geralmente se dedicavam à policultura, cultivando os produtos básicos para a sua alimentação, como soja, algodão, trigo, mandioca, feijão, milho, café, arroz, cana-de-açúcar, vendendo os excedentes nos mercados mais próximos ou fazendo as trocas com os produtores locais. O comércio era realizado com muitas dificuldades em razão da carência de transportes; os produtos eram vendidos nas vilas e nas cidades mais próximas. Também criavam grandes e pequenos animais, geralmente um pequeno lote de bovinos leiteiros, suínos, caprinos, alguns animais de tiro, e até mesmo o desenvolvimento de atividades artesanais, tecendo suas próprias vestimentas e muitas vezes produzindo seus próprios móveis, já que ocupavam uma área rica em madeira.

Por alguns anos, os camponeses brasileiros trabalharam o seu roçado sem qualquer tipo de incômodo, construindo uma infraestrutura em seus lotes e desenvolvendo suas lavouras com o trabalho de toda sua família. Segundo Oliveira, (2005, p. 75), quatrocentos mil brasileiros se internaram no Paraguai e se estabeleceram na condição de pequenos produtores rurais, embora haja certa dificuldade de

estabelecer com exatidão esses números. Batista, por exemplo, afirma que em 1976 havia uma estimativa de 130 mil, embora no censo de 1972 eles fossem 31.869 e, no início da década de 1990, quinhentos mil, dos quais 80% não possuíam visto de imigrantes.

Mas havia uma tentativa por parte da ditadura Strossner de manter um absoluto controle sobre os produtores de origem brasileira.

Em terras paraguaias estes “brasiguaios” ficam mercê da estrutura de poder ditatorial daquele país. Os mandos e desmandos dos chefes militares criam uma situação de controle e repressão. O imigrante brasileiro na chegada é obrigado a obter o “permiso”, que tem que renovar a cada três meses (sempre pagando as taxas e a corrupção que as acompanham). Além disto, é também obrigado a pagar a “livreta” imposto que dá o direito de transitar, ou seja, tem que pagar para poder se deslocar no país. O valor da livreta é diferenciado por tipo: a pé, de bicicleta, de burro ou de carro.

Como esses “brasiguaios” não têm condições financeiras para pagarem sucessivamente estas taxas, estão sempre ameaçados pela estrutura policial corrupta daquele país. Nesse “processo é comum terem que entregar suas terras para livrarem-se da prisão (OLIVEIRA, 2005, p. 75).

Esses trabalhadores cumpriram um papel importante em todo esse processo, que foi o de amansar as terras; foram tolerados enquanto desbravaram as áreas de floresta, enfrentando todos os perigos, depois foram desapropriados pelos grandes empresários, proletarizando-se. Muitos deles foram transformados em peões de fazendas no Paraguai; grande parcela retornou

em busca de uma nova fronteira agrícola; outros conseguiram se estabelecer como médios e pequenos proprietários rurais.

Importante registro dos jornalistas Alcibiades González Delvalle e Efrain Martínez, segundo os quais um dos graves problemas criados por brasileiros no Paraguai é que

[...] se está creando respecto a la madera, es lo siguiente: poderosos empresários brasilenos, financiados por los bancos de su país, adquieren en el nuestro grandes extensiones de bosques. Em seguida comienzan a sacar las maderas hasta terminalas totalmente. Algunos propietarios fraccionan después sus tierras para venderlas a los colonos brasileños. Otros sencillamente las abandonan. Pero no por generosidad. Las dejan ociosas y hasta correr la voz de que se tratarían de tierras fiscales. Y comienzan a entrar los “sin tierras.” Levantan sus casitas, hacen rozados, cultivan. Pasado um tiempo, las tierras ya están totalmente limpias de mazelas, aparece el propietario com uma orden judicial exigiendo el desalojo de los ocupantes. Um negocio redondo (DELVALLE; MARTINEZ, 1979, p. 11).

Pós-meados da década de 1970, grupos diferenciados de empresários do meio rural começaram a desmobilizar capitais no Paraná, Rio Grande do Sul e, sobretudo no Mato Grosso do Sul; passaram a deixar os seus estados natais no Brasil e iniciaram novos negócios no Paraguai. Não se tratava de um grupo de aventureiros que iriam em busca de melhores condições de vida sem garantias mínimas para inverter seus capitais; esperaram pacientemente pela abolição da lei que proibia a compra de terras por estrangeiros naquele país, o que aconteceu no ano de 1967; somente a partir de então passaram a comandar o processo migratório brasileiro naquele país.

A situação interna no Paraguai, que até o início da década de 1950 era de incertezas, em virtude das sucessivas crises econômicas e de golpes de estado, mudou a partir da ditadura de Stroessner. A situação política do país se transformou, a “estabilidade política” dava segurança aos que ali queriam aportar seus capitais.¹¹ Reinava a mais absoluta “tranquilidade, a verdadeira paz social”, segurança para os investimentos, “garantia para o trabalho”.

Para os empresários descomprometidos com a democracia e com os direitos humanos não havia ambiente melhor e mais seguro para seus investimentos, sobretudo muito aos brasileiros que viviam nas fronteiras do Paraguai.

Diferentemente das primeiras leva de homens descapitalizados que se deslocaram para aquele país, a partir de 1960, esse novo grupo, constituído por empresários do ramo da agricultura e da pecuária começou a se deslocar para a região do Alto Paraná, levando consigo capitais, implementos, máquinas e equipamentos agrícolas, colheitadeira e uma nova cultura com práticas de cultivo e de utilização do solo.

Houve muitas vantagens para que esses novos imigrantes optassem pela transferência de suas atividades econômicas para o país vizinho, além dos solos de boa qualidade e do baixo preço da terra. Em 1975, para se ter uma ideia, a revista *Informações Econômicas do Instituto de Economia Agrícola* (citada por Batista, 1990) publicou um levantamento do preço do hectare em São Paulo em relação às terras do Paraguai.

Preço das terras de primeira no estado de São Paulo e no Paraguai 1975-1988

Ano	1975	1979	1982	1983	1988
São Paulo (*)	10.270,00	35.384,84	482.000,00	956.155,00	285.000,00
Paraguai (*)	800,00	1.500,00	150.000,00	800.000,00	100.000,00

Fonte: *Informações Econômicas do Instituto de Economia Agrícola* apud BATISTA, 1990, p. 69.

(*) Valores em CR\$ por ha.

Portanto, em 1975, com um hectare paulista era possível comprar quase 13 no Paraguai; no ano de 1979, compravam-se 23,5 hectares. Oliveira (2005, p. 73) afirma ainda que “[...] o interesse dos fazendeiros brasileiros, que expandiram suas fazendas de café para o Paraguai em busca de terras baratas (vinte vezes menos que no Paraná)”, o que significa que para cada hectare vendido na região do Paraná comprava-se vinte no país vizinho. Essa situação pode bem explicar a corrida ao Paraguai. Essa relação mudou no começo da década de 1980. Houve um rápido processo de valorização das terras em razão de uma crescente procura por parte dos agricultores brasileiros: com a venda de um hectare em São Paulo compravam-se 3,2 no Paraguai, uma redução significativa, mas ainda vantajosa. Além dos baixos preços, os prazos de pagamento eram dilatados, às vezes dez anos, com parcelas de 10% ao ano, embora a forma mais comum de comercialização fosse de cinco anos, com parcelas de 20% ao ano.

Algumas empresas brasileiras, ou mesmo empresários, foram beneficiadas pelo governo Stroessner. Geremias Lunardelli, grande latifundiário brasileiro, recebeu em concessão 450 mil hectares em solo

paraguaio, que foram loteados e revendidos a brasileiros. A União das Empresas Brasileiras (UEB), as dos grupos Ducal, Sparta e Bemoreira também foram favorecidas. Essa entidade adquiriu 18.500 ha no interior do Paraguai, ao preço de CR\$ 110.00 o hectare, isso em 1973, pagos em quatro anos, com 20% de entrada; pelo contrato, o grupo ficava isento do pagamento de qualquer imposto sobre a importação de bens de capital.

À medida que os brasileiros foram adentrando na região, às florestas nativas do Alto Paraná, foram sendo desmatados 121.889 km², 33% do território paraguaio. Para Antonio L. Balestiere,¹² em entrevista afirmou: “Entre 1975 e 1985 havia 300 serrarias entre os municípios de Ponta Porã no Brasil e Pedro Juan Caballero no Paraguai.” Para o pesquisador Batista (1990, p. 70), em 1975 “[...] havia 74 serrarias de proprietários brasileiros só na cidade fronteira de Pedro Juan Caballero”, onde as toras eram cortadas e comercializadas no Paraguai ou contrabandeadas para o Brasil abastecendo as serrarias ou exportadas para o mercado europeu.

Na mesma direção, Masi e Falabela (2005) apontam o que houve no Departamento de Alto Paraná com relação à exploração econômica da madeira:

La deforestación de la cual estuvo sometida la zona por varias décadas de su riqueza de 1.400.000 de hectáreas de selvas nativas, constituye un problema mayor. Alto Paraná constituía una de las zonas boscosas nativas más importantes del país, y el cultivo extensivo de soja más el contrabando de madera al Brasil prácticamente han terminado con el bosque nativo, reducido a entre 8% a 10% de su masa original de 1965 (MASI; FALABELLA, 2005, p. 329).

A ausência de uma legislação ambiental facilitou que as indústrias madeireiras, aliadas aos novos proprietários rurais, desmatassem sem obstáculos a região. A exploração das florestas e a renda proveniente da venda da madeira eram tão lucrativas que permitiram que os novos proprietários pagassem pela terra e formassem as fazendas; assim, aquelas imensidões de “florestas ociosas” foram cedendo lugar a áreas destinadas ao cultivo e produção de diversas culturas, como soja, milho, trigo, mandioca, entre outras, além das pastagens artificiais, que possibilitaram o apascentamento de um grande rebanho bovino e o desenvolvimento de uma pecuária extensiva de boa qualidade.

Centenares de camiones con chapas brasileñas – y otras ni siquiera con placas – se internan en nuestros bosques de donde salen bien cargados de rolizos. Por caminos hechos a la disparada salen a nuestras rutas o directamente a la frontera para dirigirse a los aserraderos que crecen como hongos a lo largo de la línea seca.

Estos camiones transitan de día y de noche. No conocen de pausas. A la hora que uno está en los caminos fronterizos, se encuentra con estos camiones llevando nuestras maderas al Brasil. Tampoco en este negocio gana un céntimo nuestro país. Al contrario, cada día pierde, ya no

solamente millones de guaraníes, sino hasta su equilibrio ecológico. Y no solamente pierde en los rolizos. También en las maderas aserradas, puesto que éstas salen de contrabando, en algunos casos y otros mediante coimas a los funcionarios aduaneros como no tardaremos en ver. En cualquiera de los casos, el dinero no se ha quedado ni siquiera en concepto de mano de obra. Los empresarios son brasileños y también los obreros. Estos ganan en cruzeiros que se los gastan en su país. También en el negocio de la madera perdemos lejos. Estamos, en este rublo también, contribuyendo con la prosperidad de los aserraderos, y afines brasileños (DELVALLE; MARTÍNEZ, 1979, p. 11).

De todo modo, em apenas dois lustros os brasileiros devastaram indiscriminadamente toda a floresta do Alto Paraná para o avanço da soja, sendo a madeira foi toda comercializada com pouco controle; expropriaram pequenos produtores (brasileiros e paraguaios); desalojaram índios e tradicionais pequenos camponeses de subsistência. Noutras palavras, “limparam” o território para a edificação de uma moderna agropecuária e, com ela, a construção de uma nova história.

Pontes partidas: da consolidação de um processo de subsunção real do território paraguaio às inevitáveis rusgas, aspectos inconclusos

Esses “intrépidos” fazendeiros ainda se beneficiaram de um crédito fácil e barato; os custos de produção ainda são muito inferiores aos do Brasil: a carga de impos-

tos que ainda hoje recaí sobre as atividades agrícolas e pecuárias naquele país, se comparadas às praticadas no Brasil, é insignificante; além disso, contaram com o apoio explícito do então governo Stroessner. Adicionava-se ainda o fato de o Paraguai possuir população e capital limitado para ocupação e integração das terras à moderna agricultura. “Somava-se a esses interesses o desejo do Governo paraguaio de implantar usinas de açúcar e álcool em seu território e do incremento de uma pecuária melhorada, através de novas raças e invernada com sementes de capim novas” (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

Outra vantagem que ainda nos dias de hoje gozam os produtores rurais é o sistema de impostos soberbamente favorável. Em 2004, o setor agropecuário, que gerou 32% do PIB, contribuiu com apenas 0,3% dos ingressos tributários. Em 2004, pela primeira vez, foi estabelecido um imposto de 4% para as exportações de soja, no entanto o cálculo sobre a base do preço foi de US\$ 80 por tonelada, quando, na verdade, o valor atualizado da tonelada da soja era de US\$ 300, o que dava uma taxa de apenas 1%, (TOLEDO; BERRY, 2007, p. 227), quase nada se comparado à Argentina, que cobra 15%, e só o Estado de Mato Grosso do Sul cobra do milho 17,85%, 15,27% da soja, 12,99% do trigo, fora os impostos nacionais. Outro benefício de que ainda goza o produtor é o subsídio (estimado em US\$ 54 milhões em 2004) sobre o preço dos combustíveis; em determinados momentos, os preços deles eram 30% inferiores aos praticados no Brasil. Além disso, deixam os produtores de soja isentos do

imposto sobre o valor agregado (TOLEDO; BERRY, 2007, p. 228).

Atualmente, o produtor estabelecido no Paraguai é tributado em 10% da safra colhida, numa diferença substancial.

Outra vantagem que goza o produtor estabelecido no Paraguai são os custos de produção, significativamente mais baixos aos praticados no Brasil. Na safra 2007/2008 o produtor estabelecido no Paraguai desembolsou 364 dólares para o cultivo de um hectare, ao passo que no Brasil, utilizando-se das mesmas técnicas de cultivo, foram investidos US\$ 614,28. A produção por hectare no Paraguai gira em torno de cinquenta sacas de soja; o valor histórico da saca gira em torno de US\$ 15.00/, o que permite renda média em torno de US\$ 750,00, já descontados os 10% de impostos.

Na safra 2007/2008 a saca de soja foi vendida a US\$ 22.00, o que permitiu aumento na receita dos produtores rurais em torno de US\$ 1.100.00 por hectare. Nas tabelas anexas, com os custos de produção apresentados pode-se perceber que a dispensa de práticas agrícolas, tais como o uso do calcário dolomítico desnecessário em solos paraguaios, a quantidade inferior de adubação química requerida pelos solos (enquanto no Brasil são necessários duzentos quilos por hectare, lá são necessários apenas cem quilos), o pagamento de determinados impostos no Brasil, como o Fundersul, Funrural, ICMS, Imposto de Renda, aumentam muito os custos de produção, e o rendimento da safra é maior no Paraguai, em torno de 10 scs/ha. São fatores que não podem ser desconsiderados

e que propiciam maior lucratividade aos produtores lá estabelecidos.

Os produtores ainda se beneficiaram da progressiva melhora tecnológica da produção da soja, milho e outras culturas, sobretudo por técnicas desenvolvidas pela Embrapa e que são disseminadas no Paraguai, tanto na difusão de novas variedades de sementes com maior rendimento e resistentes a pragas e doenças que atacam as lavouras, fazendo baixar o seu rendimento como na difusão do plantio direto, o que permitiu a preservação do solo, como também significativa redução dos custos, já que esse novo sistema de plantio dispensa os métodos tradicionais de preparação do solo com a aração e gradagem, reduzindo substancialmente o uso de combustível e de trabalho, o que possibilitou aumento significativo da margem de lucro.

Com o desenvolvimento de pesquisas com fertilizantes químicos, foi possível disponibilizar formulações muito mais eficientes e que melhor atenderam às deficiências que apresentavam os solos na região do Alto Paraguai. As incorporações dessas novas técnicas de manejo ao processo de produção vêm contribuindo para a restauração da fertilidade das terras gastas pelo uso intensivo e, assim, permitindo o aumento contínuo da produtividade e a redução dos custos operacionais.

A incorporação de um milhão e quatrocentos mil hectares no Paraguai em curto espaço de tempo e a sua transformação em áreas de cultivo aconteceram sem o amparo de uma legislação ambiental que orientasse o desmate, como também a aplicação em larga escala de produtos,

tais como inseticidas, fungicidas, herbicidas, trazendo consequências sobre o meio ambiente e a saúde da população.

O sistema de controle, em razão da ausência de equipamento estatal, é débil, o que deu ao produtor autonomia para o uso de produtos altamente tóxicos sem controle.¹³ Atualmente, os pesticidas, sobretudo os organoclorados, embora tenham os seus usos proibidos no Brasil e em vários outros países, continuam sendo empregados no Paraguai e no próprio Brasil (especialmente nos estados fronteiriços de Mato Grosso do Sul e do Paraná) através do contrabando. Os pesticidas cujo princípio ativo atua por mais tempo contaminam o solo, mas levam grande vantagem sobre os demais, pela sua eficiência no combate a pragas e doenças que atacam os cultivos; por essas razões são extremamente utilizados pelos produtores dessas regiões. Além de mais eficientes, esses produtos são muito mais baratos que aqueles que têm o seu uso autorizado pelas autoridades sanitárias. Como no Paraguai os produtores não encontram resistências, continuam utilizando-os e os comerciantes fronteiriços os contrabandeiam sem qualquer controle da comercialização, muito menos da maneira como são utilizados.

Outro fator que estimulou a entrada de brasileiros no Paraguai foram os custos com a mão de obra, que, além de mais barata em si, resume-se ao pagamento de salário. Não existem os chamados “encargos sociais”, que no caso brasileiro encarecem em até 100% o valor do trabalho.

De acordo com depoimentos colhidos de alguns fazendeiros, os trabalhadores

são mantidos em situação análoga à escravidão, com a exploração degradante da mão de obra local. Há que considerar que, obviamente, essa relação de trabalho não atinge a totalidade da população trabalhadora. O desenvolvimento tecnológico da agricultura que atingiu as regiões onde predominantemente estão os brasileiros exige um trabalhador mais bem qualificado, que não se submete a essa situação degradante.

Os brasileiros souberam se aproveitar das muitas facilidades que lhes foram oferecidas na vizinha república do Paraguai. Logo que adentraram na grande região do Alto Paraná, foram transformando muito rapidamente a tradicional agricultura praticada pelos nativos; importaram a experiência tecnológica do Brasil e, rapidamente, tornaram-se responsáveis pela maior parte da soja produzida – em torno de 65% da soja produzida no país está em mãos de brasileiros. Introduzindo o que de mais moderno havia à disposição no mercado mundial, em pouco mais de trinta anos os imigrantes brasileiros transformaram o Paraguai no quarto exportador e o quinto maior produtor de soja do mundo, principal fonte externa de recursos nas exportações, com produtividade superior 27% do resto dos países produtores dessa oleaginosa.

Hoje a soja ocupa uma área superior a dois milhões de hectares; há trinta anos a produção girava em torno de quinhentas mil toneladas. Hoje há uma expectativa de se obter uma safra recorde de 7.5 milhões, na safra 2008/2009. Mantido o preço da tonelada da soja em US\$ 400, serão US\$

2,8 bilhões em divisas, o que significa em torno de 60% dos ingressos internacionais no país. Essa região, que era totalmente coberta de grandes florestas, hoje apresenta um dos melhores solos e uma das mais altas taxas de produtividade agrícola do mundo. Os brasileiros transformaram o Alto Paraguai numa das mais importantes regiões produtoras de alimentos do mundo.

O produtor sul-mato-grossense contribuiu ainda para implantar uma pecuária moderna no Paraguai pela introdução de novas raças e do plantio das pastagens artificiais. No final da década de 1960 o rebanho bovino paraguaio era constituído, majoritariamente, por uma raça nominado internamente de Taquaty.¹⁴

O rebanho bovino sul-mato-grossense tinha a mesma origem do rebanho paraguaio, herança colonial, submetido à natureza e procriando sob as leis de seleção natural (ESSELIN, 2003, p. 282). Porém, a modernização da pecuária deu salto significativo no estado, especialmente a partir de 1968, quando foi criado o primeiro Programa de Erradicação da Febre Aftosa. O programa de saúde animal trouxe no seu bojo outro conceito de manejo, com a introdução do vermífugo, do sal mineral, a divisão da propriedade em piquetes, da vacinação. Contudo, o maior significado para o avanço da pecuária foi a importação do gado zebu (indiano), com características excepcionais de adaptação à região.

Essas transformações promoveram profundo impacto na economia sul-mato-grossense, fronteira com o Paraguai, consolidaram riquezas e remodelaram o tradicional latifúndio em uma moderna

empresa agropecuária. Como efeito, ao longo do tempo, encareceu-se a terra. Terra cara significa bloqueio ao acesso e desvio de potenciais médios investidores.

Em busca de terras mais baratas e custo operacional inferior, os produtores cruzaram a fronteira e iniciaram suas atividades em solo paraguaio, reservando para aquelas áreas as fases de cria e recria, ao passo que a engorda se realizava em território brasileiro.

Os repórteres do jornal *ABC Collor* puderam, no ano de 1979, registrar o que vinha ocorrendo na fronteira Brasil-Paraguai.

Actualmente los propietarios de una regular extensión de tierra ubicada em las localidades fronterizas, prefieren cultivar pasto colonial. Este rubro les resulta altamente rendidor. Como los vacunos invadieron la frontera, em cantidades extraordinárias, existe mucha demanda de sítios y alimentos. Se están quemando grandes extensiones de bosques para plantar pastos. Los empresarios brasileños, o sus representantes paraguayos, alquilan estos sítios por meses para invernar los vacunos. [...] estos empresarios prefieren terneros. Al Brasil ya llegan “mocetones”. Bien desarrollados, su precio se há cuadruplicado. Em outra circunstancia esto se llamaria visión comercial. Pero no se trata sino de una perfecta organización para evadir las leyes del país. Y también para que las armas de casa se plaguen sin remédio y sin consuelo. El negocio del pasto colonial, más el alquiler del sitio para la invernada, esta resultando mejor negocio que cultivar soja o trigo. Alimentar a los vacunos es más rendidor que alimentar a los humanos (GONZÁLEZ; MARTINEZ, 1979, p. 11).

Essa relação descrita pelos dois repórteres nunca se perdeu. Naquele território ainda se processam a cria e recria, ao passo que a engorda se dá em território brasileiro. Dessa forma, os produtores nacionais foram implantando uma pecuária melhorada no Paraguai: o antigo rebanho foi sendo substituído por matrizes zebuínas; introduziram novas técnicas de manejo e tecnologias, igualando o padrão de manejo ao existente no Brasil.

Nas últimas décadas do século passado, um novo território do Paraguai começou a ser ocupado por pecuaristas brasileiros, o Chaco paraguaio, área contígua ao Pantanal.

O Chaco é uma planície de bosques situada no centro sul da América do Sul que inclui parte do Paraguai, Argentina e Bolívia. Possui uma extensão territorial de 790.000 Km². Geograficamente, limita-se ao sul com os Pampas; a oeste, com a região Andina; ao noroeste com o planalto de Chiquitos e velasco, e, a leste, com os rios Paraguai e Paraná (CARVALHO, In: Herbets, 1988, p. 66).

A terra de qualidade e os preços baixos, de 10 a 15 U\$ por hectare, provocaram uma corrida de pecuaristas brasileiros para o noroeste da região. O terreno plano e as facilidades de desmatamento levaram os brasileiros a adquirir grandes extensões.

Acompanhados de patrulhas mecanizadas e correntões e sem qualquer obstáculo por parte das autoridades, inopinadamente, foi surgindo um expressivo número de grandes fazendas, dotadas de infraestrutura com pastagens formadas, bem divididas, rebanhos na sua maior par-

te de padrão racial da raça nelore. Nessa região só há um inconveniente: a falta de água, imprópria para o consumo. A solução encontrada pelos produtores foi canalizar desde Loma Plata 200 km de rede, que traz a água e abastece toda a região.

[...] los ganaderos brasileños que comienzan a comprar grandes extensiones de tierra em el Noroeste del Chaco. La instalación de nuevas estancias de producción ganadera intensiva responde a la demanda del mercado regional brasileño, centrado sobre el estado de Mato Grosso do Sul y la ciudad de Campo Grande. Sitien los propietarios brasileños viven en el Brasil, la aviación privada permite administrar las explotaciones a distancia. La gran mayoría de los obreros y encargados de estas estancias son también brasileños. Esto demuestra que la penetración brasileña y la dinamización del espacio paraguayo no se reduce a la sola región Oriental, sino que se expande también al Chaco (VÁZQUEZ, 2005, p. 144).

O movimento comercial entre o Pantanal vem tomando tal vulto que os presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Nicanor Duarte assinaram um tratado que prevê a construção de uma ponte sobre o rio Paraguai que unirá o Chaco com o Pantanal do Mato Grosso do Sul, entre as cidades de Carmelo Peralta no Paraguai e Porto Murtinho no Brasil.

Fator importante foi constatado em recente pesquisa do IBGE, que concluiu que o Estado de Mato Grosso do Sul apresentou a maior redução do rebanho bovino do país no ano de 2006. A queda em relação a 2005 foi de 3,2%, caindo de 24,5 milhões para 23,7. Segundo os pesquisadores, a redução pode ser um indicativo de

que houve deslocamento do rebanho para outras regiões e um abate de fêmeas abaixo da reposição no período analisado, ou, ainda, porque estaria havendo migração dos produtores para o Mato Grosso, onde as terras e o custo de produção são mais baratos (*Estado de Mato Grosso do Sul*, 12 dez. 2007, p. 8).

Uma hipótese que o IBGE considerou foi o deslocamento dos rebanhos bovinos para o Chaco paraguaio. As vantagens econômicas ali colocadas são muito maiores: os custos de produção são muito menores; a terra é muito mais barata; o preço pago pela arroba é pouco melhor e a capacidade de apascentamento é muito maior. O sr. A. Balestieri, brasileiro com propriedades no Paraguai, afirma que o preço pago no Brasil pela arroba, em novembro de 2008, era de R\$ 70,00 e o frigorífico tem prazo de trinta dias para efetuar o pagamento, ao passo que no Paraguai o valor é pago à vista e a R\$ 72,00 a arroba.

Outro produtor brasileiro (que não quis se identificar) afirma que presenciou, no ano de 2007, o contrabando de 30.000 cabeças de novilhas da cidade de Porto Murtinho para a região do Chaco paraguaio. Segundo ele, uma prática comum, já que muitos produtores rurais daquela cidade possuem propriedades no Paraguai, o que facilita a passagem dos rebanhos para o lado da república vizinha.

A ocupação do oeste do Paraná, do sul de Mato Grosso do Sul no Brasil, do Alto Paraná e regiões adjacentes no Paraguai durante os regimes militares e com a construção de Itaipu modificou completamente os cenários comerciais da fronteira. Esses

projetos fizeram parte de uma visão geopolítica que, em primeiro lugar, visava reduzir a influência da Argentina sobre o estado do Paraguai; em segundo, promover a expansão econômica da região, preparando terreno para as grandes empresas agrícolas, especialmente brasileiras, a ampliação do domínio dos monopólios sobre a agricultura, transformando esse espaço num grande corredor agrícola de exportação, e criar uma forte classe média rural, que pudesse dar sustentação aos governos.

A produção intensiva, especialmente da soja, no Paraguai possibilitou a sua industrialização interna. Destacou-se a produção do azeite e da farinha ou farelo de soja.

Do total de soja producida se molduran actualmente unas 1,2 millones de toneladas de grano, representando un tercio de la soja producida al 2003. Las principales empresas industrializadas actualmente pertenecen a las empresas Cargil Agropecuaria, Conti Paraguay, Adesa y la Cooperativa Colonias Unidas, resalta que a medida que aumentaba la producción tambien ha ido creciendo el volumen destinado a la industrialización. Entre 1989 y 2004, el volumen de soja destinada a la industria pasó de 100mil a 1 million y el porcentaje de 10,5 a 39% respecto a la exportacion en grano PEDRETTI, 2006, p. 49).

Ao lado de tudo, a modernização tecnológica da agricultura paraguaia e a presença maciça de brasileiros naquele país trouxeram inúmeros problemas e tensões sociais.

Milhares de pequenos produtores rurais, a exemplo do que ocorreu no Brasil, foram desalojados do campo arruinados

e pauperizados, gerando uma onda de desempregados e de subempregados, em razão de um intenso processo de concentração de terras nas mãos dos sojicultores. Uma urbanização precoce com todos os seus malefícios foi inevitável – o crescimento da periferia de Pedro Juan Caballero e a formação de muitos acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra, que se espalham muito rapidamente pelo país, são fatos indecomponíveis dessa nova realidade.

Por outro lado, embora houvesse o desenvolvimento de uma agroindústria no país, não foi suficientemente forte para absorver essa mão de obra excedente, resultando no fortalecimento de lideranças dos trabalhadores rurais e, por efeito, aumentando a pressão. No entanto, os trabalhadores rurais sem-terra não possuem estrutura físico-financeira para suportar a continuidade do processo produtivo. Nesses termos, uma reforma agrária pode comprometer a balança comercial e os compromissos externos do Paraguai, o que, segundo economistas, noutros termos, pode comprometer a saúde do governo Lugo. Consolidando uma contradição na atuação do presidente: embora o presidente Fernando Lugo tenha sido eleito com o compromisso de realizar uma ampla reforma agrária no país, recentemente tem se postado contra as contínuas invasões às propriedades de empresários agrários brasileiros.

No dia 1º de novembro de 2008 a polícia do Paraguai foi deslocada para a propriedade do brasileiro Tranquilo Fávoro, o maior produtor individual de soja do país,

ocasião em que foram presos cinco militantes sem-terra que haviam ocupado a fazenda. Além disso, a polícia tem permanecido no local ameaçado pelas invasões para garantir que as operações necessárias ao cultivo não sejam interrompidas.

O novo presidente tem afirmado continuamente que os brasiguaios podem ficar tranquilos, que o direito a propriedade será preservado. Ao avaliar a situação dos brasileiros que foram morar no Paraguai em busca de terras baratas para produzirem alimentos o presidente eleito fala que “já são paraguaios”. Possuem raízes aqui, porque é aqui que nasceram seus filhos. “Vamos garantir o direito à propriedade, mas vamos trabalhar muito no social, para reduzir a miséria que toma conta de muitas regiões do país.” (*Jornal Corrêio do Estado*, 2008, p. 15).

Além disso, o governo paraguaio anunciou no dia 27/10/2008 um reforço de policiamento em várias regiões agrícolas do país para garantir o início da safra, devido às ameaças de grupos sem-terra. O esforço será concentrado no departamento de San Pedro (norte) e nas propriedades dos produtores brasileiros.

No município de Lima, em San Pedro, centenas de sem-terra estão acampados próximos a propriedades de brasileiros e ameaçam impedi-los de plantar. Alguns empresários tiveram de negociar com os sem terra para realizar a última colheita de inverno (*Folha de São Paulo*, 28/10/2008, p. A14).

Pelas declarações do presidente e pela sua ação no começo do seu governo, fica visível que os produtores brasileiros no Paraguai terão seus direitos à propriedade privada preservados. Como a soja

segue sendo a principal fonte externa de recursos nas exportações do Paraguai, desestabilizar a produção do campo seria muito perigoso para a governabilidade do país.

O presidente da Associação Rural do Paraguai, Juan Nestor Nuñez, afirmou:

[...] que não existe falta de terras para os micros e pequenos produtores no País, o que falta e dar assistência, para que eles possam produzir e parar com essa onda de invasões, que só causam transtornos, prejuízos e insegurança. Ao se referir ao Departamento de San Pedro, localidade onde acontecem a maior parte das invasões disse que os sem-terra e os assentados não recebem qualquer atendimento por parte do governo. E para piorar a polícia não age como determina a lei, para preservar o direito de propriedade (*Correio do Estado*, 2008, p. 2).

Preocupados com o rumo que a situação vem tomando no país, o governo anunciou a compra de 22 mil hectares em San Pedro, onde se concentram os sem-terra para distribuir a 1.800 famílias camponesas. No total, os sem terra são cerca de quatrocentos mil em todo país.

Entrementes, há algo no contexto político e cultural: a questão nacional que permeia todas as outras questões. A chegada de brasileiros capitalizados em território paraguaio comprando terras, subsumindo a condição territorial à lógica do capital, tem destacado os brasileiros como os malfeitores da transformação espacial. A maior parte da população – não poderia ser diferente – não reconhece os avanços promovidos na agricultura no país pela presença brasileira. Senão o contrário. Os brasileiros – não a forma de ser do capital

– são um atentado à soberania de seu país a partir da conclusão de que obstaculizam a possibilidade da reforma agrária, consolidam a concentração de terras e impedem, de diversos modos, a distribuição da riqueza. Esse fato possui desdobramentos e durabilidade de difícil mensuração.

Mesmo que parte da população tenha outra compreensão de que os *brasileiros não são mais artefatos de uma aventura desmedida e imprudente*, visto que estão perfeitamente integrados à sociedade paraguaia e que seus filhos e netos são cidadãos paraguaios, devendo gozar de todas as prerrogativas legais, a condição dos brasileiros no Paraguai é incômoda e incerta.

Incômoda devido à estreita vinculação entre eles e à crescente pauperização do povo paraguaio; e incerta, considerando os fatos de que a presença deles em território paraguaio não mais consta de um programa transparente de interesses de ambos os governos (brasileiro e paraguaio), como foi aludido. Neste caso, estão amparados apenas (o que não é pouco) pela lógica espacial do capital, seus desígnios e sua evolução.

Deslocados para o Paraguai em momento de “segurança” garantida pelos regimes de exceção, esses brasileiros-paraguaios, ou brasiguaios, consolidaram uma moderna agropecuária ao lado de uma vasta expropriação de camponeses, que, como efeito, moldou a face rural e urbana da nação paraguaia aos interesses da *lógica global da exploração capitalista*, construiu uma nova história calçada nas repletas contradições e ambiguidades, levando a uma inequívoca instabilidade sociopolíti-

co naquele território. Pode, desse modo, provocar profundas rachaduras nas *pontes* concretadas pelos contornos geopolíticos ao longo dos últimos cinquenta anos.

Methods of approximation, geopolitics and the capitalist logic into the adventure of Brazilians in Paraguay

Abstract

This paper aims to question the participation of Brazilians in Paraguayan territory, identifying the causes of the transfer of small farmers followed by large ranchers between the seventies and eighties, from southern of Mato Grosso and Paraná to Paraguay. The Brazilian's participation in Paraguayan territory changes the territorial landscape displacing smallholders, while build “bridges” of integration and subsumption (real and formal) from Paraguay to Brazil. This migration process is directly linked to the geopolitical and strategic intents of the Brazilian government to rule out Paraguay of the Argentina's host, on the other hand, also reduce the possibility of internal conflicts in areas of expansion of modern agriculture. Is important to report that this text is part of a broader study on the construction of Brazil's borders with Paraguay and Bolivia, which in this case, it is still a text under construction.

Key words: Migration. Brasiguaios. Brazilians in Paraguay. Border.

Notas

- ¹ Parte do projeto de pesquisa “Circuitos legais, ilegais e violência na fronteira”, realizada pelo Centro de Análise e Difusão do Espaço Fronteiriço (CA-DEF/UFMS).
- ² É digno de registro que a década de 1940 está associada às grandes dificuldades enfrentadas pelo Paraguai após a guerra com a Bolívia (1932-1935) e a guerra civil contra o ditador general Higinio Marínigo, possibilitando a chegada ao poder do general Alfredo Stroessner em 1954.
- ³ “O conflito custou, pois ao Brasil, quase onze anos de orçamento público anual [...]. O governo imperial reduziu, intencionalmente, a indenização de guerra a ser cobrada do Paraguai. Uma comissão do ministério da Fazenda, estabelecida para esse fim, estipulou o custo monetário total do conflito, para o Estado brasileiro, a ser pago pelo Paraguai, em 460, 718 contos de réis, enquanto a estimativa do tesouro correta, indicava despesas de pouco mais de 614 mil contos de réis. [A dívida não foi paga] e perdoada por Getúlio Vargas, no início dos anos de 1940.” (DORATIOTO, 2002, p. 462-465).
- ⁴ O único ponto de escoamento da produção paraguaia era via rio Paraguai; este fato deixava a nação em condições de vulnerabilidade constante, considerando o controle argentino sobre o estuário do Prata.
- ⁵ Vale ressaltar que essa aspiração remonta ao tempo de Domingo Martínez de Irala, governador do Paraguai, que aspirava a uma alternativa de ligação com o Atlântico, tangenciando o território argentino.
- ⁶ Esse projeto foi pensado ainda no começo dos anos de 1960; seriam as águas do rio Paraná desviadas para um canal à esquerda, em território brasileiro, até uma região chamada Porto Mendes. Essa usina de Sete Quedas seria a maior hidrelétrica do mundo, totalmente brasileira, com uma capacidade de geração de energia maior do que possui hoje a Usina de Itaipu; um dos objetivos do projeto era preservar as belezas de Sete Quedas.
- ⁷ Para se ter uma ideia do impacto causado pelo processo de transformação da agricultura, a população paranaense no período de 1970-1980 diminuiu em 1.268.565 habitantes.
- ⁸ “A soja promoveu uma verdadeira *revolução* no espaço. Transfigurou completamente a paisagem e o modo de produção existente. Noutras palavras: permitiu a construção de uma nova história” (OLIVEIRA, 2000, p. 58).
- ⁹ Sem fazer qualquer menção, os militares brasileiros mostravam profunda preocupação com a Revolução Cubana e com o desenvolvimento de ações guerrilheiras na região tanto no Paraguai como

em Mato Grosso, que pela sua escassa ocupação demográfica e sua importância estratégica poderia ser local apropriado para o desencadeamento dessas ações. Além disso, a rala população existente estava completamente desassistida pelos governos estadual e federal, podendo vir a se constituir em apoio a esses movimentos.

- ¹⁰ Esse fenômeno também impulsionou novas frentes pioneiras internas em direção à Amazônia.
- ¹¹ A ampliação da violência e da perseguição aos opositores do governo de Stroessner afastou do país e do cenário político os principais adversários do regime. Já em meados de 1965, o modelo ditatorial era vitorioso e estava concentrado nas mãos do presidente e de seus apaniguados. O Poder Judiciário estava reduzido à impotência e tomado por corruptos como de resto todo o aparelho estatal.
- ¹² Dono de uma serraria em Ponta Porã na década de 1970 e hoje proprietário da estância Santa Geneveva no Paraguai.
- ¹³ Muitos desses produtos têm condenado o seu uso pelos próprios países que os produzem, o que tem provocado a contaminação dos cursos de águas naturais e do próprio solo.
- ¹⁴ Raça originária do cruzamento de várias raças europeias, sem qualquer padrão racial descendente dos primeiros rebanhos introduzidos pelos jesuítas espanhóis ainda no século XVI, havia se multiplicado à lei da natureza e, de certa forma, sem trato e sem qualquer preocupação com a melhoria genética dos animais.

Referências

- ALVES, Edílson José. Campesinos continuam invasões a fazendas de brasileiros no Paraguai. *Correio do Estado*, Caderno de Economia, Campo Grande, p. 6, 22 out. 2008.
- ANTÔNIO, L. Balestiere. Pecuarista radicado no Paraguai. Entrevista realizada em Campo Grande out. 2008.
- BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade*. Dissertação (Mestrado) - FFLCH/USP, 1990.
- DELVALLE, Alcebiades Gonzáles; EFRAÍN, Martínez. En la frontera no hay control. *ABC Collor*, Asunción, p. 11, 11 set. 1979.
- _____. Entre bueyes no hay cornadas. *ABC Collor*, Asunción, p. 11, 12 set. 1979.

- _____. Como es que no ven los vacunos: *ABC Collor*, Asunción, p. 11, 13 set. 1979.
- _____. Hacia mas alla del hito fronterizo IV. *ABC Collor*, Asunción, p. 11, 14 set. 1979.
- _____. El país se está quedando sin madera. *ABC Collor*, Asunción, p. 11, 15 set. 1979.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- ESSELIN, Paulo M. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)*. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2003.
- HERBERTS, Ana Lúcia. *Os mbaya-guaicurú: área, assentamentos, subsistência e cultura material*. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 1998.
- JORNAL *Folha de São Paulo*, 28/10/2008, p. A.14.
- JORNAL *Voz da Unidade*. As transformações sociais no Brasil: a oligarquia latifundiária. São Paulo, p. 13, 14 mar. 1983.
- LIBORIO, Justo. *Argentina y Brasil en la integración continental*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.
- LATINA, História e Planejamento. A ocupação do território estadual na década de 1970. [s. d.], [s. e.].
- MAIA, Cesar. Editoriais. *Folha de São Paulo*, 10 out. 2009. p. A.2.
- MASI, Fernando; FALABELLA Gonzalo. Desarrollo econômico regional en la frontera Paraguai-Brasil: estudio exploratório del alto Paraná. In: *Territorio sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- MORAES, Ceres. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-1963*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A geografia das lutas no campo: conflitos e violência movimentos sociais e resistência os “sem-terra” e o neoliberalismo*. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. Plantando soja e colhendo um novo Estado. *Geopantanal*, n. 6, AGB-Corumbá, ago./dez. 2000.
- _____. *Agroindústria e reprodução do espaço*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande: UFMS, 2003.
- PASSINATO, Cristina de B. In: <http://wordpress.com.br>. Acesso em: 2 mar. 2008.
- PEDRETTI, Ricardo. *Espansión futura de la soja en Paraguay: implicaciones para la seguridad alimentaria, desarrollo rural e políticas agrícolas*. [s. e.], 2006.
- PEVERARI, Jean. Rebanho de MS tem queda de 3,2%: Estado teve a maior redução de animais do país, segundo o IBGE. *O Estado de Mato Grosso do Sul*, Caderno de Economia, Campo Grande, p. 8, 12 dez. 2007.
- TOLEDO, Ricardo; BERRY, Albert. El rol de la agricultura em la economia y el empleo. In: *Economía y empleo en el Paraguay*. Asunción: QR Producciones Gráficas, 2007.
- VÁZQUEZ, Fabrício. Las reconfiguraciones territoriales del Chaco Paraguayo: entre espacio nacional y espacio mundial, 131. In: *Territorio sem limites: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.

Anexo I

Custo de producción de soja no Paraguai Março de 2008

CONCEPTO	UNIDADE		VALOR UNIT. G	TOTAL G.
I COSTOS DIRECTOS				1.794.052
A - INSUMOS TÉCNICOS				1.017.200
SEMILA	KG	80	3.200	256.000
FERTILIZANTES	BOLSA	2	143.000	286.000
INSECTICIDAS				
CONTACTO	KG	0,30	165.000	49.500
SISTÉMICO	LTS.	0,50	64.900	32.450
INOCULANTE	PAQ.	1,00	8.250	8.250
HERBICIDAS	LTS.	2,50	154.000	385.000
B- INSUMOS FÍSICOS				615.241
Arada	hs.	2	13.200	26.400
Rastreada	hs.	1	13.200	13.200
Siembra y fertilización	hs.	0,8	13.200	10.560
Pasada de cultivadora	hs.	1	13.200	13.200
Aplicación de herbicida	hs.	0,4	13.200	5.280
Aplic. de Insecticidas (2 op.)	hs.	1	236.500	236.500
Cosecha	Há	1	236.500	236.500
Flete	Kg	2.696	27	73.601
C. Interes s/ Capital Operativo	(A+B*0,18)/2			146.920
D. Gastos Administrativos				14.692
II. COSTOS INDIRECTOS				1.190.442
A. Bienes Móviles				529.917
Tractor		6,5	67.400	439.662
Arado		2	8.069	16.138
Rastra		1	3.617	3.617
Sembradora		1	23.000	23.000
Pulverizadora		2	21.000	42.000
Carpidora		1	5.500	5.500
B. Bienes Inmóviles				660.525
Arrendamiento	Ha	1	660.525	660.525
COSTO TOTAL				2.984.494
ANÁLISIS DE RENTABILIDAD DE SOJA SISTEMA CONVENCIONAL				
CONCEPTO UNIDAD VALOR G.			UNIDAD	VALOR G.
1. Rendimiento ¹			Kg/Ha	2.696
2. Precio de venta ²			G/Kg	1.870
3. Ingreso total (1*2)			G/Ha	5.041.520
4. Costo total			G/Ha	2.984.494
5. Ingreso neto (3 - 4)			G/Ha	2.057.026
6. Costos Directos			G/Ha	1.794.052
7. Margen bruto (3 - 6)			G/Ha	3.247.468
8. Costo medio (4/1)			G/Kg	1.107
9. Rentabilidad (5/4)*100			%	69

Fuente: Elaborado por la Unidad de Estudios Agroeconómicos – Dirección General de Planificación/MAG, Marzo de 2008.

1 Proveído por Dirección de Censos y Estadísticas Agropecuarias a febrero 2008.

2 Proveído por Dirección de Comercialización/Servicio de Información de Mercados al Agricultor a enero 2008.

Custo de produção de soja em Mato Grosso do Sul

A – Insumos	Unid.	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
Semente	Kg	40	3,00	120,00
Calcário Dolomítico	Kg	2000	0,07	140,00
Adubo plantio 0 – 20 -20	Kg	250	1,80	450,00
Herbicida dessecante	litro	2	20,00	40,00
Inseticida I	litro	2	25,00	50,00
Inceticiada II	litro	2	30,00	60,00
Fungicida I	litro	2	25,00	50,00
Fungicida II	litro	2	45,00	90,00
Subtotal – A				1.000,00
B - Serviços mecanizados	Unid.	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
Preparo do solo	h/m	0	30,00	0,00
Dist. de corretivos	h/m	1	30,00	30,00
Dist. de adubo e plantio	h/m	4	30,00	120,00
Semeio	h/m	0	30,00	0,00
Pulverização	h/m	4	30,00	120,00
Adubação de cobertura	h/m	0	30,00	60,00
Colheita	h/m	2	30,00	0,00
Acondicionamento	d/h		25,00	0,00
Subtotal – B				330,00
C – Outros	Unid.	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
Embalagem	Saca	45	0,60	27,00
Frete e comercialização	Saca	0	0,00	0,00
Fundersul	%	2,20	0,00	29,26
Assistência técnica	%	2,00	0,00	26,60
Subtotal - C				82,86
Total geral (subtotal A+B+C)				1.412,86

Rentabilidade

Produtividade	Valor de venda - R\$	Total	Resultado - R\$
45 Sacas/Há	40,00 Saca	1.800,00	387,14

Fonte: Secretaria de Estado de desenvolvimento agrário, da produção, da indústria, do comércio e do turismo.
 Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – Agraer.